



Revista de Gestão Costeira Integrada -
Journal of Integrated Coastal Zone
Management

E-ISSN: 1646-8872

rgci.editor@gmail.com

Associação Portuguesa dos Recursos
Hídricos

Menezes T. Coriolano, Luzia Neide; Leitão, C. S.; Vasconcelos, F. P.
Sustentabilidades e Insustentabilidades do Turismo Litorâneo
Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management,
vol. 8, núm. 2, 2008, pp. 11-23
Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos
Lisboa, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388340124003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sustentabilidades e Insustentabilidades do Turismo Litorâneo *

Sustainability and Unsustainability of Coastal Tourism

Luzia Neide Menezes T. Coriolano¹, C. S. Leitão², F. P. Vasconcelos³

RESUMO

O turismo é um dos fatores de aceleração do desenvolvimento, e de intensificação das relações sociais, típicas do capitalismo. Trata-se de atividade que necessita do uso de ambientes naturais e culturais, produzidos pelo trabalho, para transformá-lo em espaço de lazer. O turismo faz parte da dinâmica da mundialização do capital, que cria territorialidades, envolvendo, mercado, Estado e Sociedade Civil. É um serviço de recuperação do trabalho humano. No Ceará-Brasil, em meio à exportação do calçado, indústria têxtil, castanha de caju, couros, peles, camarão, lagosta, frutas tropicais, confecções, ceras vegetais e ferro, o turismo ocupa o quarto lugar como produto de exportação, emergindo como setor cada vez mais estratégico para a economia, fenômeno observado em todo o Nordeste brasileiro.

O turismo é um setor afeito a mitologias, ora é considerado panacéia capaz de resolver problemas socioeconômicos dos países periféricos, ora é interpretado como indústria capaz de destituir comunidades de suas marcas identitárias e de sentimentos de pertença. Há, pois, na atividade turística, elementos contraditórios. De um lado, permite a concentração de riquezas e a desterritorialização cultural, de outro, contribui para a criação de oportunidades em regiões pobres e excluídas. Sabe-se que o turismo constitui atividade econômica que interfere nas culturas e no modo de produzir dos núcleos receptores, provocando mudanças e gerando grandes impactos que podem ser discutidos como questão de (in)sustentabilidade social, cultural e ambiental (indústria, agricultura ou pecuária). As atividades humanas impactam ambientes em diferentes graus. As mais invasivas geram maiores danos ambientais e culturais, além de centralizar maior volume de riqueza, causando danosos impactos sociais por produzir uma sociedade segregada, que se alimenta da exclusão, tornando-a insustentável.

1 Autor correspondente - luzianeidecoriolano@gmail.com - Universidade Estadual do Ceará, Brasil.

2 Universidade Estadual do Ceará, Brasil.

3 Universidade Estadual do Ceará, Brasil.

* Submissão – 29 Maio 2008; Avaliação – 9 Agosto 2008; Recepção da versão revista - 11 Agosto 2008; Aceitação - 13 Agosto 2008; Disponibilização on-line - 2 Setembro 2008

Esta (in)sustentabilidade é produzida, num primeiro recorte, de natureza econômica, pela contradição capitalista. Nos países periféricos, gera “ilhas de prosperidade” que entram em conflito com espaços marginais, fazendo emergir contradições sócio-espaciais, com acentuada exploração do mercado de trabalho, grande porcentagem de trabalhadores temporários e ocasionais; intensa presença de mulheres com contratos de meio período, especialmente em hotelaria e restaurantes; escasso número de mulheres em cargos de maior responsabilidade; presença de trabalhadores estrangeiros, nos cargos mais elevados, nos países em desenvolvimento, em detrimento dos profissionais locais; pouca qualificação dos prestadores de serviços na hotelaria e em alimentos e bebidas; menores níveis de salários em relação a outros setores; maior exploração do trabalhador na jornada de trabalho; poucos trabalhadores sindicalizados e com algumas atividades com curto ciclo de vida. Em segundo recorte, de natureza cultural, pela ausência de interlocução entre as políticas públicas que produzem efeitos danosos nas populações nativas, contribuindo para a (in)sustentabilidade de grandes projetos turísticos, os quais muitas vezes nascem fadados ao fracasso.

Este artigo apresenta reflexões sobre contradições e desafios relativos à sustentabilidade do turismo, em face dos significados tradicionais de desenvolvimento adotados pelas políticas governamentais e sua desconexão com outras políticas, que podem contribuir para a construção do turismo solidário, voltado para o fomento da diversidade cultural e qualidade de vida das populações litorâneas.

Palavras-Chave: territorialidades, comunidades, sustentabilidades.

ABSTRACT

The tourism is one factor of acceleration of the contemporary development, also of intensification of the social relations, characteristics of the capitalist production mode. It is an activity that needs the use and appropriation of natural and cultural environments, produced by work, to transform it into space of leisure and consumption. The tourism is part of the current dynamic of the globalization of the capital, which creates territorialities, like an answer to the crises of global accumulation, involving not only the market, but also the State and the Civil Society. Moreover, it is a service of support to the recuperation of human work, progressive growth of the relations of industrial, commercial and financial works of the several international markets. In addition, the tourism, as an exportation product, is considered one of the main merchandise of the exterior commerce. In Ceará, besides the exportations of shoes, textile industry, cashew nut, leathers, shrimps, lobsters, tropical fruits, clothes, vegetal waxes and iron; the tourism occupies the fourth placement on the rank of the most exported products, emerging as a strategic sector for the economy, this phenomenon can be observed in all the Northeast of Brazil.

However, the tourism is a sector accustomed to mythologies. Some times is considered panacea capable to solve the socioeconomic problems of peripheral countries, on the other hand it is seen as a wild industry capable to destroy communities, its identity and ownership feelings. There are contradictory elements in this activity. The tourism allows the concentration of wealth and cultural desterritorialization, on the other hand, contributes, creating opportunities on poor and excluded regions. It is known that the tourism constitutes an economic activity that interferes on cultures and production mode of the receiver cores, so-called local communities, provoking changes and generating large impacts that might be discussed as a question of social, cultural and environmental (un) sustainability (industry, agriculture or livestock). It is also known that human activities impact the environment in different degrees. The strongest, like the mega-hotels, generate the biggest environmental and cultural damages, and concentrate an elevated volume of wealth, causing as consequence social impacts due to produce a segregated society, feed of exclusion and becoming unsustainable.

This (un) sustainability is produced, at first in an economic perspective, of capitalist contradiction. In peripheral countries, generates “prosperity islands” that conflicts against the marginal spaces, producing sociospatial contradictions, clearly intensified on the exploration of the work market, denoted by the elevated percentage of half-period workers, temporary workers; intense presence of women with half-period contracts, especially at hotels and restaurants, scarce number of workwomen occupying high positions, presence of foreigner workers occupying high responsibility positions in third world countries instead of the local professionals; low qualification of the service providers (drink and food), lower levels of salaries related to other sectors; higher exploration of workers on their daily journeys; few unionized workers and a few activities with short duration. In a second perspective, of cultural nature, by the absence of dialogue between the public policies of culture and tourism, has been producing harmful effects on native populations, contributing excessively to the (un) sustainability of huge tourist projects, which are born predestined to failure. However, is important to define public policies able to approach and integrate Development and Culture. We could not have produced a new matrix of development capable of include our cultural expressions, values and behaviors, present in our habits, in the communication webs that we establish and in the several expressions of solidarity that we build? Why the tourist industry and workmanship cannot dialogue with cultural industry and workmanship, in order to generate a development proposal for the peripheral countries? If, in the new century, the Culture starts to be considered an important strategy against poverty, as well as a determining factor of social cohesion, why do not we compose an agenda with the Tourism, with a model focused on a development less submissive and more audacious? Finally, what development model do we desire to build for the Northeast of Brazil, capable of guarantee sustainability and living quality for Brazilians? This article

ponders about the meanings, contradictions and challenges related to the sustainability of tourism, due to traditional meanings of development adopted by government policies and its disconnection with cultural policies. The study seeks also to create connections and meanings between tourism and culture, connections that might contribute, with values and directions, for the construction of solidarity tourism, back to the nourishment of cultural diversity and living quality of populations.

Keywords: Territorialities, communities, sustainabilities

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um campo de estudo afeito a tensões e antinomias. De um lado, é considerado um dos fatores de aceleração do desenvolvimento moderno e, de outro, da intensificação das redes de relações sociais no planeta, características do novo século. As imagens do turismo consolidadas ao longo do século XX produziram signos e símbolos impregnados de significados simultaneamente criativos e destrutivos. Ao mesmo tempo em que a atividade turística simboliza o uso e a apropriação (muitas vezes inadequada) de ambientes naturais e culturais, transfigurando-os em espaços de lazer e consumo, concentração de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação de ambientes, destruição de expressões culturais, exploração de trabalhadores, também simboliza o empreendedorismo, a conquista, a descoberta, e o sonho de muitas pessoas.

A contradição é especialmente valiosa quando refletimos sobre a (in)sustentabilidade do fenômeno turístico nas sociedades contemporâneas. Tal reflexão torna-se gradativamente mais oportuna no contexto em que a atividade turística vem ampliando significados e éticas, ou seja, vem se libertando da imagem meramente econômica, passando a adquirir novas dimensões e transversalidades. Embora ainda de forma tímida e incipiente, é possível observar-se recente tendência de diálogo entre as políticas públicas para o turismo, especialmente com os campos ambiental e cultural. Tais observações propõem indagações para a nossa reflexão neste artigo: é possível definir indicadores de sustentabilidade para o fenômeno turístico? A atividade turística pode simbolizar nova compreensão de indústria, capaz de construir relações mais “ecológicas” entre os empreendimentos turísticos e o patrimônio cultural e natural em que estão inseridos? A reflexão sobre a

atividade turística pode fazer rever os modelos mentais modernos e ampliar nosso repertório de imagens e símbolos, capazes de fazer perceber, de forma transversal, o fenômeno do turismo como criação de sociabilidades, atividade econômica, assim como repertório de imagens das sociedades?

Responder a essas indagações implica a compreensão de novas dimensões da atividade turística no século XXI. Os estudos acerca do “pensamento complexo” de Edgard Morin (2003) assim como das “estruturas antropológicas do imaginário” de Gilbert Durand (2002), poderão servir de referencial epistemológico para penetração no campo do turismo, mediante as perguntas anteriormente elaboradas. Ao refletir sobre o percurso das ciências até o século XX, Morin constata uma primeira grande distinção entre a cultura geral e a cultura técnica e científica. Enquanto a primeira é ampla e abraça tanto informações quanto idéias, a segunda compartimenta o conhecimento, tornando difícil sua contextualização. Utilizando-se de metodologia reducionista para conhecer (simbolizada pelo método lógico dedutivo que parte do todo para o conhecimento das partes que o compõem e da obsessão determinista pelas leis gerais em que se oculta o acaso, o novo, as exceções) o pensamento científico moderno empobreceu o mundo, retirou o objeto pesquisado do seu contexto, rejeitando conexões entre ele e seu ambiente.

As Ciências Sociais percorreram o mesmo caminho, pois reduziram sua atuação ao calculável e formulável, abstraindo os objetos de pesquisa dos contextos sociais, históricos, políticos, culturais e ecológicos, nos quais foram gerados. Por isso, a Economia, entre as Ciências Sociais, por ser matematicamente a mais avançada é, na perspectiva humana, a mais atrasada das Ciências. De forma analógica, também estamos atrasados relativamente

aos estudos da disciplina do turismo, fatalmente “atropelados pelos movimentos desarmônicos do planeta, frustrados com o caráter aleatório do mundo” (Morin, 2003, p. 69-70).

Por outro lado, a Sociologia do Imaginário de Durand (2002) convida a criar conexões entre as sociedades do espetáculo, sociedades da proliferação das imagens, do crescimento das indústrias criativas e o fenômeno da transfiguração do turismo, ao longo das últimas décadas. Pelas imagens do turismo, podemos observar tendências sociais, esboçar traços do “espírito do tempo”, neste início de século, do retorno aos mitos, às artes, ao espetáculo, aos afetos, ao nomadismo das sociedades. Ora, não é exatamente com este repertório do *homo sapiens* que o turismo trabalha? Não carregariamos, como afirma Jung, imagens universais do nosso inconsciente coletivo, que definem nossas reações e empatias nos lugares visitados? Enfim, uma viagem turística não é menos o consumo de produtos e serviços, mas uma espécie de “trajeto antropológico” em que revisitamos a nós mesmos pelas narrativas, símbolos e ícones construídos pelo “outro”?

Se a modernidade tem como grande símbolo a razão, a análise, a decomposição dos fenômenos para explicá-los, as sociedades contemporâneas, pelo contrário, vêm, pela imaginação, reinventar e reencantar o mundo, ou melhor, buscando abraçá-lo (origem etimológica do verbo compreender), tomá-lo por todos os lados, de forma a percebê-lo não somente pelas ciências, mas por outros caminhos: pelos afetos, sentidos, mitos memória e imagens.

2. UM CAMINHO METODOLÓGICO

Os estudos e pesquisas do fenômeno turístico seguem a herança aristotélica da modernidade, ou seja, do pensamento bipolar não complexo, habituado à mera análise “causa x efeito” dos fatos sociais, sem buscar-lhes maior conexão e aprofundamento com outros campos do conhecimento. Se os novos tempos assentam sobre a multiplicidade e superposição de discursos que indicam a fusão e a (con)fusão entre antigas contradições (existência e intelecto, corpo e espírito, arte e vida, conquistas científicas e renascimento de guerras etnocêntricas e religiosas), vale avaliar em que medida os estudos turísticos foram submetidos, ao longo do século XX, às mesmas mazelas sofridas pelas Ciências Sociais.

Mediante métodos, ora quantitativos, fruto de visões positivistas, ora empíricos, produto de visões fenomenológicas, parte significativa dos estudos turísticos também simbolizam a dicotomia do pensamento moderno diante dos dilemas entre explicação x compreensão do mundo.

É evidente que não subestimamos, nas sociedades mundializadas, as velhas contradições suscitadas pelas tradicionais relações capital-trabalho, tão presentes no século XX. Nesse contexto, o turismo, como área de conhecimento acadêmico e atividade econômica, se desenvolve, contribuindo para a proliferação de desequilíbrios sócio-espaciais de toda sorte. No plano das relações trabalhistas, observamos, na atividade turística, acentuada exploração do mercado de trabalho, pela elevada porcentagem de trabalhadores em meio período; grande porcentagem de trabalhadores temporários e ocasionais; intensa presença de mulheres com contratos de meio período, especialmente em hotelaria e restaurantes; escasso número de mulheres em cargos de maior responsabilidade; presença de trabalhadores estrangeiros ocupando cargos de maiores responsabilidades, nos países em desenvolvimento, em detrimento dos profissionais locais; pouca qualificação dos prestadores de serviços na hotelaria e em alimentos e bebidas; menores níveis de salários em relação a outros setores; maior exploração do trabalhador na jornada de trabalho; poucos trabalhadores sindicalizados e com algumas atividades com curto ciclo de vida. No plano geográfico, observamos impactos relativos às transformações do território, assim como repercussões sócio-antropológicas para as comunidades e sociedades. Nos países periféricos, o turismo produz “ilhas de prosperidade” em conflito com espaços marginais, fazendo emergir contradições, as mais diversas, especialmente de ordem social, cultural e econômica.

As consequências do reducionismo são desastrosas para a atividade turística, nas perspectivas pública e privada. No espaço público, é o turismo como mero “negócio” reduzindo políticas públicas em meras ações de marketing. No espaço privado, a cadeia produtiva do turismo é estruturada nas mesmas bases das economias dos setores primário e secundário. Dessa forma, os projetos públicos e privados para o setor turístico constroem-se pelos mesmos modelos

mentais e mesmas bases semânticas fundadas na imagem do “turismo/mercadoria”, o que também ocorre nos discursos políticos, jurídicos, econômicos e até ambientais relativos às questões de sustentabilidade. Marcados pela vagueza e ambigüidade, os mesmos serão particularmente omissos, mostrando-se incapazes de normatizar e institucionalizar o campo turístico.

O crescimento da economia do turismo impacta diversos setores da economia, especialmente o imobiliário, simbolizado pela construção de mega empreendimentos hoteleiros e equipamentos de lazer que, por sua vez, provocam danos ambientais, além do que contribuem, como já afirmamos, para concentrar riqueza, causando, conseqüentemente, disfunções e esgarçamentos do tecido social. Reações a esse quadro, no entanto, começam a acontecer pelos movimentos sociais, os mais diversos, que clamam por garantias jurídicas que definam critérios de responsabilidade social para esses empreendimentos. As forças sociais se estruturam em reação ao próprio modo de produção capitalista, que vive de crises periódicas, pois as mesmas condições que proporcionam o crescimento do produto e da riqueza, do trabalho e do lazer, desencadeiam momentos de autodestruição, no movimento permanente de sustentabilidades e insustentabilidades. A imagem do mercado passa a simbolizar, gradativamente, espaço de instabilidades, uma espécie de “tabuleiro de xadrez”, cujos vencedores e perdedores são indefinidos, circunstanciais e imprevisíveis.

As reações às atividades no campo turístico originam estudos e pesquisas que elaboram novos discursos, por meio de novas imagens e de novas representações simbólicas a eles agregadas. As mais significativas, nas últimas décadas, se referem às conexões entre turismo e ambiente. Esse relacionamento se traduz no crescimento da legislação sobre o direito ambiental, assim como no surgimento de relatórios capazes de salvaguardar os impactos negativos do turismo, tão comuns nas práticas do “segmento de massas”, marcado pelo caráter predatório, relativo ao trato irresponsável, com a natureza e a cultura.

3. POR UMA AMPLIAÇÃO DOS SIGNIFICADOS DO TURISMO

A atividade do turismo vem sendo historicamente associada aos modos de produção do trabalho industrial, comercial e financeiro, nos diversos mercados internacionais. Dentro dos paradigmas modernos, o turismo transfigurou-se e fragmentou-se, indo de lazer para as elites até tornar-se atividade massificada. Foi transformado em mercadoria barata, invenção da sociedade de consumo, transfigurou-se, revelando, pelos significados e dilemas, a complexidade das sociedades contemporâneas.

Como produto moderno, o turismo sofreu da mesma “anemia semântica” do chamado “individualismo possessivo”. Finda a fortaleza do “eu”, nas últimas décadas do século XX, surgem incertezas de ordens diversas. Ora, enquanto conhecimento que almeja o status de ciência, o turismo também exemplifica os discursos monoteístas promovidos pelo racionalismo moderno. Suas bases e fundamentos alimentam-se, desde origens, do campo moral do “dever-ser”, ou seja, são discursos que objetivavam construir uma sociedade com “s” maiúsculo, assegurando-lhe padrões normativos, regras de conduta, códigos fixos de ser e estar no mundo. Grande parte desses discursos foi se desmoralizando (referimo-nos ao sentido etimológico da expressão, ou seja, os discursos foram abandonando o campo da moral, por não serem capazes de prever, categorizar, normatizar ou sancionar a imensa diversidade dos comportamentos sociais). A desmoralização dos discursos sociais, políticos e jurídicos é perceptível por todos nós a olho nu, tornando-se espetáculos histriônicos a que assistimos diariamente pela televisão, lemos pelos jornais ou acessamos pela internet. O desencanto diante das grandes narrativas “explicadoras” do mundo é um sintoma sobre o qual devemos refletir. Nossa herança iluminista encontra-se em grande encruzilhada; precisamos construir nossos modelos mentais, rever dogmas e convicções e, por que não fazê-lo pela análise do fenômeno turístico nas sociedades contemporâneas?

O mundo parece encontrar-se cada vez mais em todos, embora todos não se encontrem no mundo. Expressões como “capital social”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento com cooperação”, “inclusão social”, “cidadania”, estão presentes nos

discursos públicos e privados e, de tanto ouvi-los e de tanto utilizá-los, temos a sensação de que, ao invés de nos sentirmos estimulados ao debate, à imaginação e à criatividade, temos mentes cada vez mais paralisadas. O resultado e o perigo dos discursos “globalizantes” é que, quanto mais progride a crise, menos capacidade temos de pensá-la, quanto mais nos submetemos à “economia global”, menos nos indagamos: afinal de contas, de que globalização falamos? No século em que o conhecimento, o ócio e o lazer tomam significados cada vez mais importantes no cotidiano das sociedades, o turismo pode, graças à riqueza da carga simbólica, tornar-se campo especialmente fecundo para a compreensão das transfigurações do *homo-faber* ao *homo-ludens*.

Os significados do turismo são essencialmente modernos, pois são originários do século XVII, com as principais teorias oriundas do período posterior à Segunda Guerra Mundial, submetendo-se às representações sociais suscitadas pelo imaginário moderno. Dessa forma, os discursos político, econômico e acadêmico chamam de “indústria” a atividade turística, com o objetivo de dar-lhe status de vigor e importância social. No discurso legitimador de “indústria”, o turismo abandona ou, mesmo, desqualifica suas imagens e símbolos de natureza antropológica ou cultural. Assim, enfatiza-se a imagem do turista como hóspede, consumidor ou cliente e o turismo como mera fonte de renda e divisas, subestimando-se a imagem do turista como protagonista cultural, alguém que estabelece trocas simbólicas com outros indivíduos.

Com o desenvolvimento das ciências e das tecnologias, cresce o tempo livre, fruto contraditório da ampliação do trabalho especializado, assim como do desaparecimento de determinadas profissões. As transformações do trabalho produzem, ao mesmo tempo, grande contingente de multiespecialistas e um “exército” de desempregados, provocam maiores deslocamentos territoriais dos indivíduos, além do aumento do tempo dedicado às férias, movimentos migratórios, a banalização das viagens, a democratização do acesso aos meios de transporte, enfim, um cenário cada vez mais favorável à atividade turística. Se as inovações de Thomas Cook, em 1841, inseriram o turismo no mundo dos negócios, atividade beneficiada, cada vez mais, pela evolução dos

transportes e do comércio de bens e serviços, esse movimento, levado ao paroxismo, mostra a atividade turística vítima das próprias contradições. Os processos massificadores da atividade turística produzem “não-lugares”, desterritorializam indivíduos e comunidades, com efeitos perversos à vida comunitária e social, gradativamente mais órfã de imaginários e destituída de sentimentos de pertença.

Vale, portanto, repensar os modelos de desenvolvimento definidos ou praticados em países latino-americanos com grandes desigualdades como o Brasil. A desigualdade suscita desconfiança, assim como é produtora da lógica de distanciamento entre grupos e estratos sociais. Desse modo, como habitantes de países em desenvolvimento, podemos perguntar: como reaver o capital social de comunidades excluídas, de ex-colônias submetidas à domesticação de suas culturas, despossuídas de auto-estima e de capacidade de mobilização? As perguntas referem-se não somente a continentes desiguais como a América Latina ou a África, mas dizem respeito a comunidades periféricas em todo o planeta.

As políticas públicas, na América Latina, especialmente no Brasil, ainda não construíram os necessários canais de intersecção entre os campos da cultura e do turismo, resumindo-se a compreender o turismo cultural como patrimônio cultural material (prédios e conjuntos tombados) e imaterial (festas e manifestações da cultura tradicional popular). No entanto, os consumidores da atividade turística começam a desenvolver novas éticas, demonstrando, graças às suas práticas, que os modelos mentais que produzem políticas e programas turísticos necessitam urgentemente de reestruturação. Os próprios turistas passam a exigir, de forma gradativa, um maior espectro, no que se refere à fruição das atividades. Ao mesmo tempo, vale enfatizar que, nas cidades, o lazer urbano vem sendo redimensionado.

Assim, as classes de menor poder aquisitivo vêm descobrindo o turismo social, permitindo que as populações das regiões não direcionadas ao turismo global descubram novas formas de inclusão na cadeia produtiva do turismo e nos roteiros de visitação. Mais uma vez, constatamos que a dinâmica turística revela a complexidade social, a tensão complementar entre centro e periferia, entre incluídos e excluídos. Afinal

de contas, nesses tempos nômades, repletos de contradições e de redundâncias, o que nos faz realizar atividade turística? Como deslocar-se em um mundo, no qual, quanto mais nos movimentamos, mais parecemos estar no mesmo lugar? E, por último, estas indagações: os discursos modernos acerca de sustentabilidade podem aplicar-se à atividade turística? As limitações de natureza ambiental/natural e cultural ameaçam o caráter econômico da atividade turística ou, pelo contrário, podem representar seu renascimento e ressignificação?

No Brasil, o turismo cresce e se consolida como atividade geradora de riqueza, tornando-se importante produto de exportação. No Nordeste brasileiro, no Ceará (estado emergente para o turismo nacional), o turismo ocupa o quarto lugar entre os produtos de exportação. No entanto, quanto mais se torna estratégia de desenvolvimento econômico, mais sua imagem é reduzida à dimensão mercadológica. O empobrecimento de significados para o setor pode ser percebido nos programas governamentais, nas práticas do chamado trade turístico, nos comportamentos dos empresários da cadeia produtiva.

Documentos publicados pela UNESCO (1997/2001) destacam-se como tentativas de disciplinamento do uso das zonas costeiras mundiais, tendo o turismo de massa como um dos vetores mais impactantes na relação socio-econômica-ambiental dos territórios locais. O desequilíbrio planetário resultante da progressiva degradação e destruição dos recursos naturais, em razão da ação equívoca do homem sobre o ambiente, traz repercussões e modificações nas formas harmoniosas de construção do cotidiano de culturas tradicionais. A alteração das aspirações dos diferentes grupos sociais e comunitários e seus modos peculiares de viver foi drasticamente substituída pela imposição de novos padrões comportamentais, ameaçando a diversidade cultural e a vida no planeta. Se os resorts simbolizam a acumulação e concentração de capital no setor turístico, as pousadas ou os pequenos hotéis podem simbolizar novas imagens de um turismo menos concentrador e mais solidário, menos pasteurizado e mais atento à diversidade cultural. O turismo não somente mapeia territórios, mas cria territorialidades, pois define destinos, propõe roteiros, dando visibilidade a espaços até então

“invisíveis”. Além de construir espaços simbólicos, a atividade turística tece rede extensa de pequenos negócios que, por sua vez, cria sociabilidades as mais diversas.

Neste sentido, o turismo suporta e ressignifica o trabalho, propondo-lhe lógicas menos especulativas e invasivas e mais abertas à diversidade e ao compartilhamento afetivo. Pela própria natureza, a atividade turística, pode, ao mesmo tempo, concentrar lucro, riqueza e renda, mas também criar oportunidades de ganhos aos trabalhadores e às comunidades mais pobres, visto que a tese incorpora a antítese; o contraponto, o ponto e a contraposição, a posição. A própria transfiguração da atividade turística dá indícios de que o turismo, como mera atividade capitalista voltada unicamente para o lucro financeiro, perde força, fruto dos impasses entre os limites do capital e a própria sobrevivência do homem no ambiente natural e cultural.

Não obstante o surgimento de novas mentalidades voltadas para o campo turístico, constatamos que, em pleno século XXI, as reflexões acerca da (in)sustentabilidade do turismo ainda estão impregnadas das imagens emprestadas pela ciência econômica e que, se os discursos ambientais passam a estabelecer-lhe novos limites, o mesmo não ocorre, na mesma proporção, no campo cultural. As políticas públicas entre turismo e cultura, na América Latina, especialmente no Brasil, pouco dialogaram até aqui, não compreendendo que o patrimônio natural é também patrimônio cultural. O isolamento pode ser percebido pela pequena contribuição da cultura nos indicadores de (in)sustentabilidade para o setor turístico, e do grande distanciamento entre os projetos de intervenção sobre a paisagem, em geral, realizados por ministérios e secretarias de infra-estrutura, apoiados por conselhos do ambiente, sem a participação dos conselhos de cultura. O discurso ambiental que vem se integrando às discussões sobre sustentabilidade do turismo necessita, por conseguinte, da contribuição do discurso cultural, ou seja, o próprio direito ambiental deve estabelecer relação dialógica com os “direitos culturais”, o que certamente contribuirá para indicadores de sustentabilidade mais transversais para o turismo.

A tendência de aproximação do diálogo entre os campos da cultura e do turismo é, pois, fruto das

sociedades ditas pós-modernas ou pós-industriais, as quais produzem novas representações sociais menos marcadas pelas imagens mercadológicas e mais voltadas aos valores culturais, às identidades, aos sentimentos de pertença, ao poder dos mitos e à carga de simbolismo dos indivíduos e das comunidades consideradas destinos turísticos. A nova mentalidade compreende a atividade turística como rica e diversa cadeia simbólica capaz de reinventar territórios, criar novas sociabilidades e estabelecer novas solidariedades.

4. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

O meio ambiente é significado e estruturado por diferentes discursos, produzidos pelas ciências, pelo senso comum, ou ainda pela normatização realizada pelos poderes legislativos. Alguns discursos, de escopo limitado, abrangem apenas as imagens, os símbolos ou as representações naturais, outros, mais abrangentes, referem-se ao meio ambiente como espaço social, econômico, cultural e político, ou seja, como espaço de interação entre os homens e a natureza e do homem com seus pares. O ambiente é o próprio espaço do turismo, seja natureza, campo ou cidade. Santos (1997) o entendia como o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano.

O meio ambiente é, pois, o conjunto, em um dado momento, dos agentes físicos, químicos, biológicos, culturais e dos fatores socioeconômicos susceptíveis de efeito direto ou indireto, imediato ou a termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas (Poutrel e Wasserman, 1977). A natureza, as praias, as cidades, os lugares visitados pelos turistas, constituem o meio ambiente. Constituem ainda espaço complexo, pois contêm o ar, o solo, a água, as plantas, os animais e o homem, com todas as condições econômicas e sociais que influenciam a vida em geral. Desse ambiente depende a vida, em especial, a vida humana. Nele estão todas as construções, máquinas, estruturas e objetos feitos pelo homem ou objetos geográficos, assim como sólidos, líquidos, gases, odores, cores, calor, sons, vibrações, radiações e ações resultantes das atividades culturais e naturais. Portanto, é constantemente impactado, exigindo cuidados, ponderações e novas abordagens acerca de

significados e conexões.

Trata-se, enfim, de espaço geográfico simultaneamente natural, social, econômico, político e cultural, que contém todos os seres vivos em interação, um espaço político e não neutro, pois se encontra eivado de ideologias, conceitos e preconceitos. Nele se desenvolvem as atividades humanas, animais e vegetais, possibilitando condições para a dinâmica imbricada e complementar entre o natural e o social. Constituem, enfim, espaços submetidos a sucessivas transformações, com formas de apropriação e usos variados. Não é o espaço absoluto da natureza infinita e passiva, mas o espaço relativo produzido e reproduzido de relações sociais, que também estão submetidas aos modos capitalistas de produção e de consumo.

O meio ambiente constitui, por último, território, alvo de políticas transdisciplinares e não somente ambientais. As questões ambientais ampliam-se para sociais, culturais e territoriais, incluindo as interações entre o homem, a comunidade e a natureza. Moraes (2002) entende o ambiental para além de vetor reestruturador da lógica científica (a razão ambientalista como propõem alguns), ou seja, como mais um fator a ser considerado na modelagem do espaço terrestre. Entretanto, a preocupação ambiental se dessacraliza, circunscrevendo um campo teórico mais restrito que o almejado pelas proposições holísticas. A redução ambientalista e a presunção holística acabam por gerar empobrecimento significativo, na análise dos processos políticos e econômicos do ambiente.

O modo de produzir e de consumir tem a natureza como recurso, portanto reduziu-a também à imagem de “mercadoria”, degradando-a até a exaustão, fazendo emergir, na pauta das discussões mundiais, as questões relativas à (in)sustentabilidade. Para o imaginário moderno, a natureza existe para ser dominada pelo homem, para servir às suas finalidades, mesmo que acabe por comprometer a própria sobrevivência. Desde os meados do século XX, verifica-se o fortalecimento da consciência ambiental (incluindo o social e o político) de grupos que se solidarizam com pessoas de todo o mundo, exigindo mudanças comportamentais, produção ecologicamente correta, responsabilidade social das empresas e modelos alternativos de turismo.

Buscamos avaliar os empreendimentos por fatores, com a consciência de que o planeta é a casa de todos, a “consciência planetária” tão discutida por Boff (1999), que diz respeito às habilidades, responsabilidades, atitudes e visão de mundo e do cosmo, responsabilidade diante do planeta e senso de cidadania. Capra (2003) acredita que a chave para tal definição operacional é a tomada de consciência de que não precisamos inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero, mas que podemos modelá-las, seguindo os ecossistemas da natureza que são comunidades sustentáveis de plantas, animais e micro-organismos.

Uma vez que a característica principal da biosfera consiste na habilidade para sustentar a vida, uma comunidade humana sustentável deve ser planejada de maneira que as formas de vida, negócios, economia, estruturas físicas e tecnológicas não venham a interferir na habilidade inerente à Natureza ou à sustentação da vida. Mesmo que a natureza não ofereça modelos para todos os comportamentos sociais, como acreditam cientistas de visão crítica, todos são unânimes em admitir que a transição para um futuro sustentável ou uma sociedade sustentável se configura como postura política pautada em visão de mundo e de valores éticos.

As conceituações de meio-ambiente incluem e se aproximam cada vez mais dos significados da cultura, pois nele estão contidos; ritos, mitos, manifestações do cotidiano, natureza, cidades, habitats, saberes e fazeres, enfim, tudo que o homem cria ou dá significado, tudo o que constitui sua memória, o que lhe é imposto e também o que ele espera. Desse modo, meio-ambiente e cultura estão de tal forma imbricados, que a atividade turística não poderá produzir indicadores de sustentabilidade sem a compreensão de que, ao criar espaços de diálogo com a natureza, necessariamente os criará com a cultura, pois o turismo necessita do espaço geográfico, do ambiente entendido nessa visão mais ampla. Turistas buscam paisagens, cultura, patrimônio histórico, tudo o que faz parte dos ambientes, dos lugares e territórios e de que essa atividade se apropria. É um tipo de consumo do espaço (natureza), portanto fazer turismo significa viver a própria natureza. Mesmo protegendo-a, é sempre uma atividade de risco que implica (in)sustentabilidade ou permanente controle das políticas territoriais ou ambientais.

5. CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A Conferência Geral da UNESCO, logo após o dramático atentado de 11 de setembro de 2001, formata a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural” (UNESCO, 2002). O documento ratifica o esforço dos países, na construção de um diálogo intercultural, capaz de contribuir para a cultura de paz entre os povos, considerando a diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade. Identidade, diversidade, criatividade, solidariedade, são palavras-chaves dos novos tempos, presentes nos discursos internacionais, nacionais e locais, em contextos políticos, educativos, econômicos, jurídicos ou sociais.

Ao mesmo tempo, agências de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID passam a priorizar o financiamento de projetos, pela capacidade de mobilização do capital social e da dinâmica cultural, específicos das populações, às quais os projetos se aplicam. Ao se levar em conta a diversidade cultural, abole-se a concepção hierárquica do desenvolvimento, dando-se voz a populações que até então não constituíam parte integrante deste capital social. Vale aqui conceituar capital social a partir da visão de Bourdieu (1979) que o entende como um atributo individual e coletivo de distinção e, com isso, de domínio dos membros das categorias privilegiadas. O capital social, segundo o sociólogo francês, se apóia no capital econômico (na segurança material), no capital cultural (no manejo do idioma) e no capital social (na constituição de relações). Esses capitais convertem-se, por sua vez, em capital simbólico, instrumento maior da garantia de sobrevivência dos discursos dominantes.

Em 1999, em Paris, o Fórum “Desenvolvimento e Cultura”, organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, traz novos significados a essas expressões. A cultura passa a ser percebida como matriz dinâmica das formas de ser, estar, relacionar-se e perceber o mundo. Deste modo, desenvolvimento significa pouco, se o reduzirmos seus significados a meras representações de benefícios infra-estruturais oferecidos às comunidades (saneamento, estradas, urbanizações etc.), mas de forma crescente ele está associado às reações e intervenções das pessoas atingidas por estes

benefícios. Desenvolvimento, portanto, não significa unicamente geração de riqueza ou aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, embora o crescimento e a distribuição menos desigual da riqueza material sejam decisivos para a qualidade de vida dos indivíduos. Como se vê, desenvolvimento não se confunde com “desenvolvimentismo”, tônica da América Latina dos anos 50 e 60, presente no projeto militar brasileiro resultante do golpe de 1964.

Se os significados de Desenvolvimento submetem-se ao reducionismo da Ciência Econômica, no campo da Antropologia, os significados de Cultura também são reduzidos. Os estudos da “cultura”, assim como os de “desenvolvimento” fixaram e “congelaram” conteúdos e conceitos, criaram falsas oposições ao invés de se abrirem para novas percepções das experiências humanas.

Ao reconhecermos a natureza, fluída da realidade e o distanciamento cada vez mais desconcertante entre as abstrações teóricas e as experiências humanas, no século XX, não queremos aqui defender o pensamento anárquico ou desestruturado para o século XXI. Pelo contrário, necessitamos rever mentalidade categórica e reducionista para que possamos identificar princípios geradores e estruturadores, externos a nós. Para compreendermos a complexa teia dos processos sociais, especialmente os de mais larga escala, necessitamos considerar a existência de interesses, instituições, agências e atores dos diversos campos sociais (Aripze, 2004). Essas redes, sobre as quais se constroem as relações entre Cultura e Desenvolvimento, possuem especial complexidade no Brasil, país onde a fusão do arcaico e do moderno invalidam categorias sociológicas. É o caso da categoria “campo” de Bourdieu (1979), a qual busca definir áreas de interesse profissional. No Brasil, os “campos” se sobrepõem, os indivíduos alternam papéis, vivem e convivem em diversas “constelações” que se territorializam e se desterritorializam, ao sabor de interesses, valores, crenças, hábitos e éticas.

Ao tratarmos historicamente o desenvolvimento pela matriz econômica, subestimamos os papéis da cultura, enquanto espaço da produção de mitos, símbolos e metáforas, capazes de produzir novas categorias que, por sua vez, desempenhassem papel estratégico para a própria ressignificação do desenvolvimento.

“É preciso unir a memória de nossa cultura com a intuição de nossas ciências mais avançadas. Precisamos juntar a ciência da nossa modernidade mais moderna com o saber tradicional” (Pitta, 2005, p. 62). A advertência de Gilbert Durand (2002) poderia simbolizar a chave para novas conexões entre Cultura e Desenvolvimento. No entanto, as reflexões do antropólogo francês não encontraram acolhimento digno de nota no pensamento ocidental, especialmente nas décadas em que os processos de globalização transformavam a criação, a transmissão, a apropriação e a interpretação dos bens simbólicos.

Na nova “paisagem cultural”, de intercâmbio intenso entre pessoas que criam e se apropriam, dando significado aos bens culturais, nosso olhar limitou-se à mera descrição dos fatos, mostrando-se incapaz de produzir exegese sobre os diversos mundos e suas narrativas. Não construímos, como desejava Durand, um novo modelo mental capaz de aproximar e fundir o moderno e o tradicional. A incapacidade, por sua vez produziu o colapso, um “beco sem saída” para o pensamento ocidental, simbolizado pelas narrativas apocalípticas sobre o “Fim da História”. Afinal, o desenvolvimento do homem seria um mito? O discurso da evolução do homem do estágio de barbárie à civilização seria insustentável? Se não conduzimos a História, acabemos com ela, disseram muitos, ou brademos o nosso desapontamento diante de nossas tentativas de explicar os fatos.

6. EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO

A idéia de sustentabilidade surgiu em 1987, pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Comissão Brundtland - CMMAD/ONU – com o relatório *Our common future* – apresentando os princípios: equidade social - direito de cada um (de todos) se inserir no processo de desenvolvimento -, eficiência econômica - gestão dos recursos econômicos e financeiros para garantir o funcionamento eficiente da sociedade - e prudência ecológica: a racionalização do consumo, usos de tecnologias limpas, definição de regras para a proteção ambiental. Portanto, há mais de duas décadas, se discute o tema, levantando algumas preocupações em relação à natureza e sociedade.

Sustentabilidade significa política e estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural

contínuos, sem prejuízo do ambiente (inclusive dos recursos naturais) e do homem. Desse desenvolvimento, depende a continuidade da vida, da atividade humana, da capacidade dos animais e das plantas de se reproduzirem ao longo do tempo. Sustentabilidade e capitalismo estão sempre em contradição, mas, tratados como pensamento complexo, podem abrir caminhos para a construção de um modelo cuja matriz permita não a oposição, mas ação dinâmica entre as oposições. Consideremos, portanto, sustentabilidade um conceito complexo, no sentido em que abriga a objetividade que não deve excluir, de sua análise, o espírito humano, o sujeito individual, a cultura e a sociedade. Buscar variáveis para qualificar a sustentabilidade de um fenômeno significa criar consensos, mas também pressupõe o antagonismo dos conflitos presentes nas diversas formas de o homem ser e estar no mundo.

Neste sentido, as variáveis e os próprios significados de (in)sustentabilidade são naturalmente abertos e passíveis a flexibilidades, adaptações, pois este conhecimento é fruto de uma cultura dada, a qual, por sua vez, alimenta-se do repertório de noções, crenças, linguagens, etc. Por isso, categorizar um fenômeno de (in)sustentável significa, antes construir um pensamento capaz de detectar as falhas, as lacunas, as contradições de todas as tentativas de redução da própria categoria (in)sustentabilidade e sua impotência diante das tentativas de generalização e definição de leis gerais acerca dos fenômenos sociais.

Dessa forma, algo é sustentável ou insustentável pela compreensão, a priori, de que o objeto pensado (no caso, o fenômeno turístico) possui uma relativa autonomia, não sendo necessariamente determinado por forças específicas (no caso, os modos de produção capitalista). Desta forma, mitos e ideologias habitam os discursos e não mais se excluem, ou seja, para compreendermos as repercussões da (in)sustentabilidade do fenômeno jurídico, precisamos rever a estruturação do pensamento, da capacidade de pensar. Precisamos ir além da racionalização que escraviza os objetos estudados buscando encerrá-los em sistema lógico e coerente.

Enfim, só avançamos na nova estrutura de pensamento, se aliarmos diversas competências relativas ao ato de conhecer. No caso da (in)sustentabilidade do fenômeno turístico, urge que

acrescentemos novos olhares e contribuições de outros campos do conhecimento humano. Pela própria constituição, o fenômeno se alimenta do conhecimento racional-empírico, associado à esfera simbólico-mítico-mágica, ou seja, no turismo é especialmente necessária a compreensão da dificuldade de permanecermos em conceitos claros, distintos, fáceis. Em face da constatação, podemos convocar os protagonistas do campo turístico a rever mentalidades, perceber que, tendo ou não o status de ciência, não existem ciências puras. E que as políticas públicas para o turismo são menos o fruto de pesquisas quantitativas que de bom senso capaz de superar preconceitos e visões maniqueístas da vida social. Aí está o desafio aos governantes, empresários, planejadores, investidores, e, especialmente, as comunidades receptoras.

A “Carta da Terra” - documento da UNESCO (2000) - é uma tentativa de complementar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, agregando a dimensão planetária, partindo do princípio de que não adianta garantir os direitos humanos, se o planeta continuar em processo de devastação (a questão é que estes direitos humanos não foram garantidos a todos). O grande desafio é a defesa do homem, de seu trabalho, de sua dignidade, da extinção das desigualdades sociais e o da conservação do ambiente onde se vive. O documento afirma que humanidade é parte de vasto universo em evolução. Que a Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação da biosfera saudável, com todos os sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global, com seus recursos finitos, é preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado. E erradicar a pobreza é imperativo ético, social, econômico e ambiental.

A Agenda 21, transformada em Programa, procura integrar as atividades relativas ao desenvolvimento e meio ambiente, ou seja, quer realizar o desenvolvimento sustentável, evitando o esgotamento

da natureza, e redirecionar as políticas. Alguns empresários, que entenderam os questionamentos, buscam agregar valor ambiental, cultural e social aos produtos, utilizando tecnologias brandas e políticas para diminuir impactos negativos, assumindo responsabilidade social, embora muitos outros permaneçam utilizando apenas a propaganda e o marketing da maquiagem verde para tentar passar imagem positiva.

Responsabilidade Social é o compromisso contínuo da empresa em adotar a ética do desenvolvimento social, sustentada sobre o tripé da qualidade de vida, inclusão social e respeito ao homem, à natureza e às gerações futuras. Nela, estão presentes a Responsabilidade Ambiental e a Responsabilidade Cultural. A Responsabilidade Ambiental não se limita ao compromisso voltado para a natureza (flora, fauna, ar e água), mas cada vez mais se funde com a Responsabilidade Cultural, no que se refere à compreensão estratégica dos recursos culturais, históricos e sociais para o desenvolvimento humano. Não se deve poluir a praia, o ambiente, assim como não se pode depredar o patrimônio histórico, os modos de vida e as culturas.

Em alguns empreendimentos turísticos, podemos encontrar exemplos indicativos de possibilidade de mudanças sociais diferentes dos modelos vigentes. Algumas iniciativas, em Fortaleza, capital do Ceará e quarta maior cidade do Brasil, indicam tendências animadoras para o exercício da responsabilidade social, caminhando na busca de iniciativas turísticas mais solidárias:

- Combatendo e denunciando o trabalho infantil nos empreendimentos;
- Capacitando trabalhadores de bares e restaurantes populares localizados no entorno dos grandes hotéis e resorts;
- Patrocinando empreendimentos culturais e de lazer popular;
- Combatendo a prática de esportes inseguros, oferecendo condição para aqueles passíveis de controle de segurança;
- Combatendo a displicência e a desonestidade praticada contra o turista;
- Ajudando a organização comunitária na luta por seus direitos e concretização da cidadania;

- Apoiando a realização de estudos, pesquisas e programas com objetivos de desenvolvimento sustentável, de melhoria de ambientes, de recuperação ambiental;
- Discutindo a possibilidade de geração de oportunidades para os considerados excluídos do trabalho, da chamada cadeia produtiva do turismo;
- Tornando a qualidade de vida mais viável nas cidades, com políticas alternativas de habitação, de educação e de pequenos negócios;
- Participando da implementação local da Agenda 21 seguindo os princípios de sustentabilidade estabelecidos na Conferência Rio/92.

De algoz a protagonista de ações afirmativas, na proteção das cidades, paisagens, serras, litorais, sertões, enfim, de grande variedade de geossistemas ou espaços geográficos, os programas governamentais começam timidamente a criar políticas alternativas de turismo voltado à diminuição das desigualdades regionais, disparidades sociais, à conservação ambiental, à manutenção de lugares saudáveis. Dessa forma, vão integrando novos elementos para a (re)definição de variáveis relativas à reflexão acerca da (in)sustentabilidade das ações do turismo, os quais passam a observar ou a refletir sobre:

- Um novo paradigma para o desenvolvimento;
- Uma sociedade mais justa e solidária;
- As práticas do consumo;
- Aumento da consciência ecológica, da cidadania, da educação ambiental dos visitantes e visitados;
- A biodiversidade e diversidade cultural não como recursos produtivo, mas como patrimônios da humanidade;
- As formas compartilhadas de planejar e gerir com base local;
- A formação profissional voltada para o resgate da afetividade e da visão humanística;
- O comportamento ético das operadores e agências especializadas – comprometidas cada vez mais com a prática turística responsável;
- A construção de sistemas de promoção e marketing turístico adequada aos ambientes frágeis utilizados para o ecoturismo;

- O apoio às pequenas e médias empresas;
- A Proteção / conservação dos recursos naturais / culturais;
- O investimento em pesquisas científicas, voltadas ao turismo.

Tais iniciativas são mais ou menos eficazes em função das respostas culturais das sociedades nas quais são experimentadas. No entanto, mantêm-se enquanto utopias, como possibilidade, sonho e desejo de nos conhecermos mais, pelo conhecimento e reconhecimento dos limites do homem. Muitos movimentos socio-cultural-ambientais vêm propondo programas e ações neste sentido, como é o caso da coalizão globalizada de Organizações Não Governamentais, pautada nos valores centrais da dignidade humana, base de quaisquer projetos ditos sustentáveis. Em 1999, as organizações realizaram protestos ao modelo de consumo insustentável da sociedade capitalista, na reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle. A “Coalizão de Seattle”, como foi chamado o movimento (paralelo ao da Organização Mundial do Comércio), é a luta por outra globalização. Trata-se de movimento global pela justiça social, pela busca da sustentabilidade social que vem realizando os Fóruns Sociais Mundiais, em Porto Alegre, Brasil. Todos os movimentos e encontros sistemáticos vêm estimulando o surgimento de contra-propostas políticas em busca de uma sociedade sustentável, para que se possa pensar na sustentabilidade do desenvolvimento, particularmente, por meio do fenômeno turístico. Os movimentos associam-se na busca de novas reflexões acerca das nossas relações com o mundo, e para conosco, que definem papéis, especialidades, hierarquias e formas de dominação. Que essas reflexões perdurem, pois são especialmente necessárias aos destinos da América Latina, historicamente constituída de ex-colônias ainda hoje periféricas aos processos de mundialização econômica e, por isso, ciosas de novas alternativas para o desenvolvimento dos povos.

BIBLIOGRAFIA

Agenda 21. Diário Oficial da União em 02/06/1992.
http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/

- [leg_federal/leg_fed_agenda21_rio92](#)
- Arizpe, Lourdes (2004) - As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica. 320p. UNESCO, Brasília. ISBN 85-87853-32-5
- Boff, Leonardo (1999) - Saber Cuidar. Ética do Humano – Compaixão pela Terra. Petrópolis, Vozes.
- Bourdieu, Pierre (1979) *La distinction: critique sociale du jugement*. Les éditions de minuit, Paris.
- Capra, Fritjof (2003) - As Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável. Editora Cultrix Amana Key, São Paulo.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991) - Nosso Futuro Comum. Ed Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.
- Duran, Gilbert (2002) - As estruturas antropológicas do imaginário. Livraria Editora Martins Fontes, São Paulo.
- Moraes, A.C.R. (2002) - Meio ambiente e ciências humanas. Hucitec, São Paulo.
- Morin, Edgard (2003) - Introdução ao Pensamento Complexo. Instituto Piaget, Lisboa.
- Poutrel, J. M. & Wasserman F. (1977) - *Prise en compte de l'vironnement dans les procedures d'aménagement*. Paris: Ministère de l'Environnement et du Cadre de Vie.,
- Pitta, D. P. Rocha (org). (2005) - Ritmos do Imaginário. Editora da UFPE Recife.
- Santos, Milton (1997) - O mundo, o Brasil e a globalização: o horror não dura eternamente. Rev. Rumos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro: n. 137.
- UNESCO (1997) - Methodological Guide to Integrated Coastal Zone Management. Intergovernmental Oceanographic Commission, Manuals and guides n° 36. 47 p.
- UNESCO (2001) - Instrumentos y personas para una gestión integrada de zonas costeras. Comisión Oceanográfica Intergubernamental, Manuales y Guías, n° 42, 64p. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001245/124596s.pdf>
- UNESCO (2002) - Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>
- UNESCO (2000) - Carta da terra: valores e princípios para um futuro sustentável. 16p. Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, UNESCO, Rio de Janeiro.